

HABEAS CORPUS Nº 560.191 - MT (2020/0026888-1)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DICKSON DIEGO CAMPOS DEBESA
ADVOGADO : DICKSON DIEGO CAMPOS DEBESA - MT022483
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : LEONARDO SIRIACO CANDIDO SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, **com pedido liminar**, impetrado em favor de LEONARDO SIRIACO CANDIDO SOARES contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso**, nos autos da apelação criminal n. 0011528-19.2019.8.11.0055.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de **5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa**, como incurso nas iras do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006; e **1 (um) ano de detenção, mais o pagamento de 10 (dez) dias-multa**, tendo em vista a prática do delito previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/2003 (fl. 92).

Inconformada, a defesa interpôs **apelação** perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, a fim de aplicar a causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, de modo a diminuir a sanção relativa ao delito de tráfico ilícito de entorpecentes em **4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão, mais o pagamento de 416 (quatrocentos e dezesseis) dias-multa**, consoante voto condutor do v. acórdão de fls. 16-22.

Daí o presente **writ**, no qual a defesa alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, pois o regime inicial deve ser o semiaberto, e não o fechado.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja fixado o

regime inicial semiaberto.

A liminar foi **indeferida** (fls. 48-51).

Informações prestadas às fls. 59-77; 81-85; e 89-94.

O Ministério Público Federal, às fls. 96-99, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ** e, subsidiariamente, pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

*“Penal e Processual Penal. **Habeas corpus** substitutivo de recurso próprio. Impossibilidade. Tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Bons antecedentes. Insurgência contra a fixação do regime inicial fechado. Ausência de constrangimento ilegal. Decisão suficientemente fundamentada na quantidade de drogas apreendida com o Paciente.*

*Parecer pelo não conhecimento do **writ** e, ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem.” (fl. 96).*

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Conforme relatado, busca-se na presente impetração a fixação do regime inicial semiaberto.

Inicialmente, cumpre asseverar que a via do **writ** somente se

mostra adequada para a análise da dosimetria da pena se não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e caso se trate de flagrante ilegalidade. Vale dizer, o entendimento deste Tribunal firmou-se no sentido de que a *“dosimetria da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade”* (HC n. 400.119/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1º/8/2017).

A despeito da primariedade e da fixação da pena-base no mínimo legal, a **quantidade** e a **natureza** do entorpecente – **4,090 Kg de maconha** – recomendam a aplicação do regime fechado, o que está em consonância com o entendimento desta Corte, **ex vi** do art. 33, § 2º, **a**, e § 3º, do Código Penal, e art. 42, da Lei n. 11.343/2006.

Sobre o tema colaciono os seguintes arestos:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉU QUE SE DEDICA AO TRÁFICO DE DROGAS. REGIME PRISIONAL. QUANTIDADE, NATUREZA E DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES. MODO FECHADO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. FALTA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO OBJETIVO. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.

[...]

3. Concluído pela instância antecedente, com fulcro na quantidade e na diversidade das substâncias apreendidas (181,6g de maconha, 18,6g de cocaína, 8,2g crack e 9 frascos de lança perfume) que o paciente se dedica ao tráfico de drogas, a alteração desse entendimento - para fazer incidir a minorante da Lei de Drogas - enseja o reexame do conteúdo probatório dos autos, o que é inadmissível em sede de habeas corpus. Precedentes.

4. Embora o paciente seja primário e pena tenha

sido estabelecida em 5 anos de reclusão, o regime inicial fechado é o adequado para a reprovação do delito, tendo em vista a quantia, a variedade e a espécie das drogas apreendidas, nos exatos termos dos arts. 42 da Lei de Drogas c/c o art. 59 e 33 do Código Penal.

[...]

6. *Habeas corpus* não conhecido.” (HC n. 488.679/SP, **Quinta Turma** Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 11/06/2019, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PENA-BASE MAJORADA EM RAZÃO DA NATUREZA DA DROGA. REGIME FECHADO. CONDENAÇÃO SUPERIOR A 4 ANOS. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto, nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a natureza e a quantidade da substância entorpecente constituem fundamento idôneo para justificar a majoração da pena-base. *Precedentes.*

2. Fixada pena final superior a quatro anos e presente circunstância judicial desfavorável, é lícita a fixação do regime inicial fechado, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006 c/c os arts. 59 e 33, § 3º, ambos do Código Penal. *Precedentes.*

3. *Agravo regimental improvido*" (AgRg no HC n. 380.021/SC, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 22/3/2017 - grifei).

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do **habeas corpus**.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 21 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator